

Dosimetria enfrenta resistência e pode ficar para o ano que vem

Relator admite riscos de brechas no texto aprovado pela Câmara dos Deputados

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

O Senado Federal leva para a última semana do ano legislativo a análise do chamado PL da Dosimetria, projeto que altera regras de progressão de regime de penas e que se tornou o principal foco de embate político e jurídico no Congresso. A proposta é o único item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira (17), e pode ser levada diretamente ao plenário no mesmo dia, a depender do desfecho do relatório.

Nos bastidores, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro trabalham para que a matéria seja aprovada antes do recesso parlamentar. Do outro lado, a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pressiona o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para adiar a votação para 2026. Apesar das movimentações, cresce dentro do Senado a avaliação de que o texto aprovado pela Câmara não passa sem mudanças profundas.

Relatório

Relator do projeto no Senado, o senador Esperidião Amin (PP-SC) reconheceu publicamente a existência de riscos no texto aprovado pela Câmara e passou a tratar a proposta como



Relator do projeto, Amin admite que dosimetria tem brechas para outros criminosos

um projeto com “contrabando”. Segundo ele, qualquer dispositivo que beneficie crimes não relacionados exclusivamente aos atos de 8 de janeiro inviabiliza a aprovação.

Amin informou que o relatório ainda não está pronto, que o texto se encontra em fase de recebimento de emendas e que tem se reunido com outros senadores para discutir ajustes na proposta. Entre os parlamentares com quem dialoga estão Alessandro Vieira (MDB-SE), Rogério Ma-

rinho (PL-RN) e Otto Alencar (PSD-BA), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O prazo para apresentação formal das emendas termina nesta terça-feira (16).

Não passa

O ponto central da resistência é o entendimento de que o projeto extrapola o objetivo declarado de revisar penas aplicadas aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Senadores alertam que o texto

abre brechas capazes de beneficiar condenados por outros crimes, inclusive corrupção, crimes sexuais e integrantes de facções criminosas.

O senador Alessandro Vieira afirmou que o texto é inaceitável nos moldes atuais e já informou que apresentará voto em separado caso não haja alterações.

O presidente da CCJ, Otto Alencar, foi enfático ao afirmar que o PL da Dosimetria “não tem condições de passar” da forma como saiu da Câmara. Para ele,

a proposta vai além dos réus do 8 de janeiro. Otto classificou o projeto como “pró-facção” e um “absurdo”, afirmando que muitos defensores do texto “não viram, não leram e não estão sabendo do que se trata”. Segundo o senador, sem mudanças, “assim não passa”.

Veto

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), informou que, caso o projeto seja aprovado, o presidente Lula deve vetar os trechos que beneficiem principalmente Jair Bolsonaro. Segundo ele, a bancada governista já trabalha para sustentar o veto em eventual sessão do Congresso Nacional.

Randolfe classifica o projeto como inconveniente e alerta para o precedente que pode ser criado. Para o senador, a flexibilização das regras pode estimular pedidos semelhantes no futuro. “Se virar moda, todo criminoso, após cometer um crime, vai querer uma anistia light”, avalia.

Para o advogado e analista político Melillo Dinis, o texto aprovado pela Câmara amplia benefícios penais de forma indevida e extrapola o recorte dos atos de 8 de janeiro.

“A proposta que a Câmara enviou para o Senado beneficia criminosos comuns”, afirma.

Defesa de Bolsonaro pede nova cirurgia

Por Gabriela Gallo

A defesa do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (15), um pedido para que Bolsonaro deixe a prisão para realizar uma cirurgia de emergência. A defesa encaminhou ao ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do processo judicial que condenou o ex-presidente e outras autoridades pelo crime de tentativa de golpe de Estado, resultados de exames que justificam o procedimento, além de reforçar o pedido para que o ex-presidente seja transferido para prisão domiciliar. Nesta quarta-feira (17) está marcada uma perícia médica em Jair Bolsonaro na Polícia Federal (PF). Diante disso, em decisão publicada no mesmo dia, Moraes determinou que a defesa de Bolsonaro entregue os laudos e exames aos peritos da PF e, após perícia nesta quarta, ele tomará uma nova decisão.

“Dessa maneira, determino o envio de cópia dos exames e laudos juntados aos autos para conhecimento e análise dos peritos médicos, que realizarão a perícia no dia 17/12/2025, no Instituto Nacional de Criminalística. Após a realização da perícia e com a juntada do laudo pericial, deverá ser aberta nova conclusão imediatamente”, determinou Alexandre de Moraes.

Neste domingo (14), após autorização de Moraes no sábado (13), Jair Bolsonaro realizou um exame de ultrassom que confirmaram que ele tem hérnias inguinais bilaterais – tanto no lado direito quanto no esquerdo. “A partir desse exame, o médico responsável pelo acompanhamento do petiçãoário, Dr. Claudio Birlini, elaborou novo relatório médico, no qual reitera a necessidade de realização do procedimento cirúrgico de herniorrafia inguinal bilateral, em regime de internação hospitalar, sob anestesia geral, com tempo estimado

de permanência entre cinco e sete dias”, afirmou a defesa de Bolsonaro.

Hérnias inguinais são protuberâncias na virilha, causadas quando há uma fraqueza dos músculos abdominais que resultam em inchaços visíveis. Além do inchaço, outros sintomas são dores e desconfortos, especialmente ao tossir, levantar peso ou fazer algum esforço. Se não tratados, o conteúdo abdominal pode ficar preso (encarcerado) e ter o suprimento sanguíneo cortado (estrangulamento), o que pode levar à morte do tecido (necrose).

Prisão domiciliar

“Esses novos elementos clínicos reforçam integralmente as conclusões já apresentadas na petição anteriormente protocolada, também ora expressamente reiterada, na qual se demonstrou, de forma minuciosa e documental, a incompatibilidade do ambiente prisional com a condição de saúde do Petiçãoário”, pedem.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Exames detectaram duas hérnias inguinais em Bolsonaro